

4

A importância dos valores e das relações socioculturais na percepção ambiental

O estudo detalhado de Schama (1996) mostra que o uso de elementos da natureza na *mitologia*, buscando dar significação à vida, sobreviveu ao processo civilizatório. Apesar das múltiplas transformações dos cenários e contextos humanos, esses elementos se manifestam em *todas* as épocas, ora mais ostensivamente, ora menos. Provavelmente porque a mitologia retrata aprendizagens inconscientes¹, sendo reforçada pela cultura. Os períodos que deram maior importância ao cuidado ambiental tiveram à frente líderes que souberam usar tais *arquétipos* e *símbolos* para sensibilizar a população. O eco encontrado no seio desta deve-se possivelmente à universalidade das aprendizagens inconscientes, como já afirmou Claxton. O apoio do poder oficial às questões ambientais, porém, freqüentemente esteve relacionado com interesses econômicos e militares, os quais, por sua vez, estavam voltados a garantir a supremacia política de um grupo ou de outro. É neste ponto que entra em cena outro delicado fator: os valores. Embora a aprendizagem inconsciente seja poderosa e duradoura, não é soberana absoluta para determinar comportamentos. As escolhas, inclusive as políticas, são feitas com base nos *valores* desenvolvidos por um indivíduo e sociedade. É o que faz, por exemplo, com que nossas sociedades capitalistas, que cobram o conhecimento de uso da fauna e da flora, optem por chamar de *biopirataria* o que em outros tempos teria sido apenas um *uso compartilhado*. O ato é o mesmo, diferem as razões e justificativas para ele. Ou seja, as intenções. Ora, intenção está, por princípio, apoiada nos valores.

Precisamos lembrar que os valores são construídos a partir das experiências e, mais ainda, da repetição ou confirmação de sua leitura. Esse trabalho tem uma dimensão consciente e outra inconsciente. Nem sempre estamos atentos às interpretações que fazemos de nossas experiências, por vezes demandando muito trabalho, consciente, para que elas sejam explicitadas.

Puig (1998), analisando a formação da personalidade moral, propõe que nossos valores e condutas seriam formados no confronto com as condições socioculturais do meio que, freqüentemente, oferecem dilemas de valor. Para ele,

¹ O que, como vimos, se deve à evolução biológica do *Homo sapiens*.

os seres humanos “mudam sua forma de pensar e comportar-se na medida em que modificam os laços que os ligam a seu meio.” (Puig, 1998: p.152)

O meio é, por ele definido, como um espaço constituído por uma cultura moral, que se expressa em uma grande variedade de elementos, dos quais destaca, por exemplo, os *valores* e as normas ou formas estabelecidas de inter-relação. As pessoas pertencem a mais de um meio e recebem, por isso, influência de muitos meios dos quais não são participantes diretos. Assim, a construção da personalidade moral, e, portanto, dos valores, estaria sujeita às relações entre os meios que o indivíduo é capaz de perceber. Eis alguns exemplos de meios de experiência moral clássicos: a família, a escola, a preparação para o trabalho, o trabalho (propriamente dito) e os meios de comunicação de massa. Este último bastante destacado pelo autor, por possibilitar a relação entre todas as demais experiências com a obtida pela mídia.

Nesse sentido, ele ressalta que: a) a existência dos meios é objetiva, porém *decodificada* pelos sujeitos conforme suas possibilidades, interesses e modos de ser; b) o mesmo ambiente pode apresentar *experiências* de problematização moral diferentes a cada um dos sujeitos que dele participa.

Para melhor compreender essas questões, o pesquisador propõe que hajam investigações dispostas a descrever a natureza moral dos meios:

“a que metas se propõem, que possibilidades comportamentais oferecem, que formas de relação e regulação permitem, que guias de valor impregnam esse meio e, finalmente, que dispositivos balizam a vida moral dos sujeitos que partilham esse meio.”² (Puig, 1998: p.157)

² Sobre os elementos da natureza moral citados, ver definições do autor:

- **metas:** funções que devem ser cumpridas naquele meio. Sua razão de tornar-se entidade social.
- **possibilidades comportamentais:** tipo de coisas que devem necessariamente ser feitas no meio de acordo com sua definição de metas ou que podem ser realizadas nele, ainda que não obrigatórias.
- **formas de relação e regulação:** maneira de organizar os intercâmbios pessoais. Aqui, destacam-se as normas, os papéis e as inter-relações sociais.
- **guias de valor:** produtos culturais que ajudam os sujeitos a pensar, comportar-se e construir-se como pessoas morais. Instrumentos, muletas ou horizontes normativos que modelam o comportamento humano e pautam formas de convivência. Ex: valores, modelos pessoais, acordos...
- **dispositivos:** artimanhas materiais ou organizativas que pautam a vida no interior do meio. São elementos em estreita relação com os demais componentes do meio, podendo ser confundidos com eles. Ex: assembléia escolar, surgimento da vida urbana.

O tipo de experiências de problematização moral fornecidas pelo meio são a fonte de construção da personalidade moral. Essa idéia é mais detalhada pelo estudioso que temos acompanhado, com as seguintes palavras:

“O ambiente sociocultural fornece a cada sujeito conteúdos que, de maneira informal, pouco consciente e pouco problemática, vão burilando sua personalidade, socializando-a. As formas de vida, os hábitos sociais e os *valores* morais implícitos são seus principais conteúdos.” (Puig, 1998: p.163, destaque meu)

Puig chega a caracterizar uma tipologia de experiências de problematização moral e as repercussões que tendem a proporcionar – problemas históricos, sociais, evolutivos, biográficos.³

Parece-nos já ter deixado claro que a experiência é fundamental na elaboração e consolidação dos valores para a humanidade. Resumindo, se os fatores biológicos são imprescindíveis para a percepção, o meio sociocultural é fundamental para a formação e o exercício dos valores. Ambos, porém, percepção e valores, são amplamente afetados pela experiência. Vejamos, agora, um estudo sobre percepção ambiental dos brasileiros, no qual podemos colher exemplos disso.

³ Tipologia das experiências de problematização moral, segundo Puig (1998, p.166-168)

- **Problemas históricos:** os mais amplos por afetarem toda a coletividade, e também os mais difíceis de perceber, encarados de forma quase inconsciente. Exigem um posicionamento moral dos sujeitos. Ex: fim de um regime racista, ditadura, guerra, fim de um longo período de bem-estar econômico.
- **Controvérsias sociais:** também afetam toda a coletividade. Trata-se da problematização de aspectos concretos do modo de vida de uma coletividade. Os conflitos sociais podem não o ser para um indivíduo, mas seguirão tema de legítima controvérsia. Outras vezes são exigências amplamente reconhecidas, porém às quais não conseguimos responder de modo rápido. Ex: a preservação da natureza, o desejo de paz, o respeito às minorias.
- **Problemas evolutivos:** não são necessariamente relevantes para a sociedade, mas totalmente significativos para o sujeito que os vive. Devem-se a uma aquisição moral fraca ou insuficiente devido a causas variadas.
- **Problemas biográficos:** são o que mais ajudam a construir a personalidade moral. Constitui a forma como o sujeito relaciona e integra o inventário de problemas históricos, sociais e evolutivos que vive. Ex: o trabalho em ambientes muito competitivos, reconhecer a própria homossexualidade, decidir sobre um aborto sem legislação que o regulamente e em meio a uma crise religiosa.

4.1

O contexto e a informação sobre meio ambiente, entre brasileiros

Os três levantamentos realizados pelo ISER (em 1992, 1997 e 2001) a respeito das percepções dos brasileiros sobre o meio ambiente mostram que para a imensa maioria a natureza é “sagrada”, percentagem que subiu de 57% da população em 1992 para 67% em 2001. Esse tipo de compreensão pode ser uma herança dos nossos indígenas aliada a uma concepção religiosa cristã de natureza, bastante impregnada nos colonizadores que aqui chegaram. Isso nos leva à hipótese de que as representações podem ter origem em percepções muito antigas, poucas alteradas com o tempo.

A pesquisa do ISER indica que mais da metade dos brasileiros continua tendo uma concepção naturista de meio ambiente, e por isso, excluindo os seres humanos, as cidades e favelas. Interessante observar que a região Norte foi campeã em apontar os humanos (41%) e os índios (40%) como parte do meio ambiente. As demais regiões tiveram percentagens bem mais baixas (com 23% no Centro-Oeste). Em ordem crescente, Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste/Sul consideraram os índios parte do meio ambiente. O que parece evidenciar-se com isso é o valor da experiência guiando as percepções. Os nortistas são atualmente o grupo que mais convive com indígenas no país.

Apesar desta dicotomia sociedade-natureza, continua havendo, desde 1992, boa disposição em não aceitar a poluição e a degradação como preço do desenvolvimento econômico e geração de empregos. Consultados sobre a prioridade *Meio Ambiente* ou *Desenvolvimento Econômico*, 47% defenderam o primeiro item; e apenas 34%, o segundo. Houve ainda, um crescimento (de 23% em 1997 para 31% em 2001) na concordância de que são necessárias grandes mudanças em nossos hábitos de consumo e de produção para que desenvolvimento e proteção ambiental sejam conciliados. (ISER, 2001: p12 – *site*)

A mesma pesquisa revela o aumento, muito pequeno em dez anos, do nível de conhecimento do brasileiro sobre a questão ambiental. Ora, natural que se as informações e experiências não mudaram, tenha permanecido quase inalterada a percepção de ambiente. Faltaram fatos e provocações novas. As explicações que o ser humano cria para entender o mundo só são alteradas quando ele se defronta com situações ou informações que as desestabilizam.

Se a preocupação do brasileiro com as questões ambientais aumentou e o nível de informação sobre elas não, a que se pode atribuir isso? Um dado relevante já citado é o crescimento de 57 para 67% dos que percebem a natureza com reverência religiosa. Esses 10% a mais, em dez anos, provieram de onde? A convivência de um maior número de pessoas (ecoturismo, colônias agro-extrativistas) com a natureza teria favorecido esta mudança? Embora não tenhamos resposta para esse intrigante questionamento, parece-nos haver estreita relação entre os dados.

O problema ambiental mais reconhecido pelos brasileiros é o efeito estufa. O menos percebido é a perda da biodiversidade. Para estes dados, temos duas hipóteses: a) o efeito estufa é o mais conhecido problema ambiental por ser o mais divulgado na grande mídia; e b) a perda da biodiversidade é um problema pouco percebido por demandar um nível maior de informações e escolaridade ou pelo menos uma convivência estreita com os ecossistemas. Tampouco é um tema muito abordado pelos meios de comunicação.

Os respondentes da pesquisa atribuem a responsabilidade para a solução dos problemas ambientais, em primeiro lugar, aos três níveis de governo – sendo que vem crescendo a responsabilização dos governos locais (municípios). Em segundo lugar é vista como sendo de cada um dos cidadãos; para só depois ser de ONGs, cientistas e outros setores da sociedade. A interpretação da pesquisa constante no relatório é que os problemas são sentidos localmente, devendo ser resolvidos nesta esfera.

O nível alto de escolaridade contribui para a inclusão do ser humano no meio ambiente assim como para a maior percepção da complexidade da questão ambiental. Importa observar que os habitantes da região Norte do país são os que mais destacam a importância das florestas e da Amazônia, em particular, no patrimônio e desenvolvimento do Brasil. São eles também quem apontam o desmatamento como o principal problema ambiental brasileiro e reconhecem a falta de saneamento ambiental como o mais importante problema do local onde vivem.

Esses dados sugerem que realmente é a **experiência** o principal fator na percepção da realidade. Confirmando esta dedução estão os dados sobre percepção de problema ambiental. Para a população brasileira, os problemas ambientais mais graves do país e do mundo são, nesta ordem: desmatamento,

poluição das águas e poluição do ar. No entanto, quando se pede ao entrevistado que identifique as maiores mazelas do local onde vive, a campeã é o saneamento ambiental (coleta de lixo, limpeza de ruas e saneamento básico). É significativo que destes 18% apenas 3% provenham de zonas rurais, e mais significativo ainda analisar os dados por região, quando se evidencia mais fortemente a importância da experiência: o saneamento ambiental foi o principal problema para 30% dos nortistas e 20% dos nordestinos, em comparação com minguados 11% dos sulistas – os primeiros são, sem dúvida, os menos atendidos em saneamento.

São 55% na região Norte, 37% para o Sul/Sudeste, 27% no Centro-Oeste e 26% no Nordeste os que afirmam não haver *nenhum* problema ambiental em seu território. Aliando-se a isso a baixa escolaridade da maioria da população e o fato de que 52% dos brasileiros não lêem jornais – utilizando em 90% dos casos a televisão como instrumento de informação – podemos concluir que a identificação de problemas (e, neste caso, os ambientais) requer o desenvolvimento do senso crítico e informação. Chama a atenção que apenas 2% dos entrevistados se declarem muito bem informados quanto à questão ambiental e somente 15% se digam bem informados. Coincidentemente ou não, 15% é também o número de leitores diários de jornais no país, de acordo com a mesma pesquisa do ISER.

Disso tudo podemos inferir que:

- o nível de escolaridade exerce importância capital na identificação de problemas no desenvolvimento do senso crítico do cidadão;
- a experiência direta dos cidadãos vem sendo determinante na percepção da realidade ambiental;
- a televisão não satisfaz a população quanto à necessidade de informação ambiental.

Se a televisão, o maior veículo de comunicação de massa, não atende as necessidades mínimas de informação ambiental será interessante conhecer a trajetória da mídia na assimilação da questão ambiental.

4.2

A mídia incorporando a questão ambiental

A incorporação das questões ambientais pela mídia, nesta e em outras épocas, foi algo que dependeu das percepções da sociedade quanto ao meio ambiente – continuaremos a insistir. E como a vida é dialética, o tratamento dado a estas questões pelos jornalistas também certamente influenciou a percepção das pessoas, por proporcionar-lhes informações novas.

Se hoje a mídia escrita (impressa ou na *web*) e televisiva têm importância fundamental, houve épocas em que eram os livros e a arte a fazer esse papel. Tínhamos, por exemplo, a Mona Lisa por modelo a lançar um estilo de roupa. Historiadores estudiosos da arte verificam que os quadros eram importante meio de comunicação e expressão na Idade Média.

Hoje em dia, “(...) tanto os alunos como os professores são unânimes ao referirem os meios de comunicação social como principal fonte de informação sobre temas ligados a problemas ambientais.” (Guido, 2001: p3)

Esta conclusão – extraída da pesquisa de Guido, em Minas Gerais – vem corroborar o que afirmamos a partir da investigação do ISER. Representam os meios de comunicação de massa, então, significativo peso na percepção de ambiente da sociedade.

Mas se as pessoas buscam informação ambiental pela mídia, é provavelmente porque ela a oferece, mesmo que a conta-gotas, mesmo que descontextualizada, mesmo que assistematicamente. Algumas iniciativas têm sido tomadas no intuito de ampliar a disponibilidade desse tipo de informação. Prova disso é a existência de programas ecológicos televisivos, como Repórter Eco e Expedições⁴; a grande variedade de revistas especializadas, e de assuntos afins, surgidas nos últimos quinze anos; a imensidão de *sites* e boletins virtuais abordando o tema.

Na grande imprensa, alguns jornais criaram temporariamente colunas ou seções para o tema, hoje praticamente desaparecidas, restando, no Rio de Janeiro, o JB Ecológico – publicação mensal que sai no período da lua cheia. Aliás, é curioso que o formato deste encarte seja o mesmo do extinto Estado de Minas Ecológico.

⁴ TV Cultura, TVE e Canal Futura.

Assim, observamos que, excetuando-se algumas iniciativas isoladas, a grande mídia não tem se dedicado à discussão ambiental. Quem quiser informação deve buscar em revistas especializadas ou na internet.

Do ponto de vista de Roberto Villar, veterano no jornalismo ambiental, ainda há muito para ser feito. Em um artigo publicado em 1997, no *site* da ONG Agir Azul na Rede, ele traça um panorama do jornalismo ambiental nos anos 90, apontando as contradições geradas pelo capitalismo globalizado:

“O ‘ambientalismo empresarial’ ganha força. Publicamente, as grandes indústrias fazem campanhas publicitárias e plantam notícias na imprensa. Veladamente, exercem um forte lobby para afrouxar a legislação ambiental e desacreditar as ONGs. Nos discursos, defendem a liberdade de imprensa e a democracia. Nos bastidores, são soldados de uma conspiração do silêncio - a censura empresarial - criada para que a população receba apenas a versão dos poluidores. Este é o pano de fundo para entender o jornalismo ambiental dos anos 90.” (Villar, 1997)

Villar salienta a diversidade da prática deste tipo de jornalismo conforme a região do país. Afirma haver mais notícias ambientais publicadas em lugares onde existe pressão de ONGs ou mobilização da sociedade em prol da causa ambiental, sendo escassas ou inexistentes onde não existe esse tipo de pressão.

Para ele, os grandes grupos de comunicação do país fazem apenas “pequenas concessões [em função do mercado], abrindo janelas periféricas aqui e ali. No entanto, mantêm o jornalismo ambiental com um status marginal.” (Villar, 1997)

Ainda segundo ele, o jornalista especializado em meio ambiente é discriminado pelos colegas, especialmente quando demonstra conhecimento aprofundado das questões ecológicas e quando se dispõe a denunciar grandes empresas poluidoras.

“A imprensa brasileira dificilmente trata dos problemas ambientais com profundidade na pauta das discussões públicas. As exceções são fruto de um esforço pessoal e isolado. O meio ambiente é manchete e ganha espaço e tempo na cobertura diária quando acontecem desastres, ou quando os assuntos repercutem no exterior”, revela. (Villar, 1997)

Procuremos, agora, entender por que a mídia incorporou a questão ambiental e como se deu este processo. Que fatores interferiram?

De acordo com o jornalista André Trigueiro, numa conferência em 2000 – no âmbito do Seminário População, Meio Ambiente e Recursos Hídricos – a

mídia começou a incorporar a questão ambiental recentemente. Numa pesquisa informal com os jornais Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, O Globo, JB e revista Veja, André descobriu que:

“há um consenso de que a Rio-92 propiciou uma nova visão dos jornalistas em relação à questão ambiental; houve uma febre, um *boom*, criaram-se suplementos especiais, a figura do colunista, do comentarista de meio ambiente. Isso não existia e depois (...) o investimento que aconteceu no primeiro momento não se sustentou.” (IIPPA e UNIRIO, 2000: p241)

Trigueiro conta que as editorias especiais e o jornalista, conhecedor do assunto, praticamente ficaram no passado e que hoje as Redações designam para a editoria Ciências, País/ Nacional, Local/ Cidade, Mundo ou equivalentes, dependendo do que será abordado. Apenas dois dos veículos citados ainda mantêm um colunista na área ambiental. A compreensão é que, sendo o tema meio ambiente multidisciplinar, cada reportagem deve ser feita de acordo com o enfoque que o assunto enseje. Criação da Agência Nacional de Águas (ANA), por exemplo, é legislação, portanto, editoria Nacional.

O problema acarretado por essa medida, aparentemente correta, é a falta de especialização para isso, como já assinala Trigueiro. Ou seja, qualquer jornalista pode ser encaminhado para cobrir uma matéria na área ambiental. Preparado ou não para entender as complexidades desta questão. No entanto, embora existam especializações para coberturas esportivas, culturais ou econômicas, elas são quase inexistentes na área de jornalismo ambiental.

Por outro lado, o jornalista afirma que os canais de TV têm dado atenção à questão, quando se trata de denúncias, principalmente relacionadas à poluição. O problema ainda é o mesmo, porém manifesto de outra forma: falta de clareza sobre o que priorizar no momento de exibir a reportagem.

Esse depoimento ilustra por que a maioria dos entrevistados do ISER não se sente informada sobre a questão ambiental. Tanto eles como os professores e alunos da pesquisa de Guido informam-se basicamente pela televisão.

Outro fator apontado pelo jornalista para a confusão é o próprio termo meio ambiente, difuso, pouco preciso. De fato, o movimento dos leigos para entendê-lo é o da justaposição instintiva de significados. O que é meio? O que nos cerca. E ambiente? Sinônimo de meio, acrescido de um segundo significado: clima, atmosfera. Nem o dicionário ajuda se não for especializado: “conjunto de condições materiais e morais que envolve alguém; atmosfera” (Aurélio

eletrônico). Ou seja, só resta à pessoa a saída de render-se às suas representações, as explicações construídas, de modo geral, quase inconscientemente por sua experiência.

Villar (1997) apresenta uma versão da história do jornalismo ambiental brasileiro⁵. Para ele, houve um retrocesso do movimento tanto no Brasil como nos EUA após a Rio-92, embora tenha crescido no Leste Europeu. Depois da Eco 92, dizia ele em 1995, no *site* da AgirAzul, “a grande imprensa mergulhou num grande silêncio, e a maioria dos editores voltou a considerar as questões ecológicas como secundárias e extravagantes.” (Villar, 1995) Falando da situação brasileira em um congresso internacional da área em 1995, Roberto Villar queixava-se da ausência de uma entidade nacional de jornalismo ambiental e denunciava a realocação em outras editorias, quando não demissão, dos ex-repórteres de meio ambiente. Grave também para o jornalista era a inexistência de veículos com equipes de investigação para debruçar-se sobre este tema. Segundo ele, denúncias sérias – como o contrabando de lixo químico e o transporte clandestino de material radioativo – foram negligenciadas, sequer entrando em pauta.

Na continuidade da historiografia, Villar (1997) narra que o zelo pela qualificação de novos jornalistas ambientais é mantido por entidades destes profissionais especializados na área, tendo a primeira destas instituições surgido na França de 1968. Simultaneamente, em terras tupiniquins, o então jovem Randau Marques era preso pela ditadura por seu pioneirismo – acusações contra agressões ambientais. Mais tarde, Randau se consolidou na área ambientalista, tendo se tornado “um ícone” nesse círculo.

Mas a constância maior das notícias ambientais teve de esperar pela Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972. Após mais algum tempo de quase silêncio, ocorreu novo *boom* de notícias ambientais em meados dos anos 80, com a descoberta do buraco na camada de ozônio e as primeiras hipóteses sobre a ligação entre o aquecimento global e as atividades humanas. Em seguida, nossa imprensa respondeu às preocupações dos países do primeiro mundo, falando sobre os problemas ambientais da Amazônia.

A partir do evento realizado em Brasília pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) – Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente –, foram criados quatro núcleos regionais de ecojornalismo (São Paulo, Paraná,

⁵ Ver artigo completo no Anexo 9.3.

Minas e Rio Grande do Sul), dos quais apenas o gaúcho sobreviveu. Este núcleo trabalhou ativamente, buscando a articulação e intercâmbio dos profissionais da área no Brasil. Em 1998, a entidade cria em parceria com a ONG AgirAzul, a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental.

“Além de melhorar a qualidade da cobertura, analisar as notícias e trocar fontes, a Rede faz sugestão de pautas e serve para divulgar eventos, cursos e prêmios”, explicou o Roberto Villar Belmonte, coordenador da Rede, no XXX Congresso de Jornalistas, em Manaus, Amazonas.” (Adital, 2003).

No plano global, nascia, em 1990, a *Society of Environmental Journalists* nos EUA. Criada por 12 repórteres premiados, a sociedade contava com mais de mil sócios em 1997. O objetivo da entidade é melhorar a qualidade, precisão e importância das reportagens ambientais, promovendo amplos debates e eventos.

O próximo acontecimento bastante relevante foi a criação da Federação Internacional de Jornalistas de Meio Ambiente (IFEJ)⁶, em Dresden (Alemanha), em 1993. Essa Federação é uma aliança que contava, em 1997, com jornalistas de 52 países. Ampliar a compreensão pública dos problemas ambientais através do intercâmbio entre os profissionais especializados constitui sua missão.

Mas em que a percepção se relaciona a esse desenvolvimento histórico?

A julgar pelo exposto, podemos inferir que os megaeventos e acontecimentos que tenham repercussão internacional são os mobilizadores da produção de notícias ambientais na grande mídia brasileira. O que nos leva a concluir que, não obstante haver jornalistas interessados no tema, muitos dos quais qualificados, seu espaço de trabalho é restrito devido a questões políticas e, em última instância, financeiras. Por que um grande jornal, revista ou canal de TV se exporiam ao risco de perder milhões em patrocínio e negócios denunciando situações de agressão ambiental que envolvem empresários de peso ou políticos? Quando surgem notícias deste tipo, são situações inescandíveis. Vistas pela população, que cobra, portanto, informação. Ou eventos captados por satélite e divulgados em outros países. Neste caso, por pressão internacional, o Brasil não pode deixar de noticiar. O jornalista Pierre Menezes, do *site* JornalExpress, também ressalta a falta de espaço e de bons tratos à questão ambiental na mídia:

“As questões ambientais têm ramificações econômicas, políticas, sociológicas e de saúde pública. Transcendem as fronteiras. Nos países em desenvolvimento, onde a necessidade de crescimento é uma das maiores preocupações e onde se registra um grande potencial

⁶ Ver apresentação do IFEJ no Anexo 9.2 ou no *site* www.ifej.org

de danos ao entorno, as questões ambientais adquirem matizes mais carregados e bem mais localizados. Em tais circunstâncias, reportagens bem pautadas e bem escritas são ainda mais necessárias. Se na mídia impressa e televisiva o jornalismo ambiental ainda não possui seu espaço reconhecido, na internet não é diferente. São poucos os *sites* que tratam o jornalismo ambiental com a importância que ele merece.” (Menezes, 2003)

Menezes cita Villar, moderador da rede brasileira de jornalistas ambientais, lembrando a importância das faculdades de comunicação incluírem a ecologia em seus currículos:

“(...) é preciso que os editores entendam que o assunto merece o mesmo status da política e da economia, exigindo também matérias investigativas de fôlego. Não basta mostrar na televisão paraísos perdidos na Amazônia e no Pantanal, é preciso explicar as verdadeiras causas da crise ambiental que ameaça o país com a maior biodiversidade do mundo. (...) E para isso é fundamental que as faculdades de comunicação compreendam a importância da ecologia na formação dos futuros jornalistas.” (Villar, citado por Menezes, 2003)

A falta de compromisso fica evidenciada não só na ausência de espaço para notícias ambientais mas na forma como elas aparecem. Não há discussão, problematização. Há apenas fatos soltos, desconexos, que não permitem ao leitor uma interpretação integrada da questão ambiental com seus múltiplos fatores e implicações. Duas coisas parecem subjazer a esta situação:

1) Os próprios editores e proprietários (ou concessionários) dos meios de comunicação têm uma percepção fragmentada de meio ambiente. Neste caso, seria importante descobrir a razão disso (fica a sugestão de pesquisa para o leitor). A jornalista Eliana Lima responsabiliza a mídia e o trabalho incessante das ONGs pelo aumento do nível de informação da população a esse respeito. Mas considera equivocada a forma como são abordadas as questões, por serem apresentadas sem articulação com o dia-a-dia. Apesar de exortar os jornalistas a assumirem o papel de educadores, analisa a dificuldade da falta de preparo específico educacional e sobretudo científico. Escrevendo em 2000, critica a falta de interesse da universidade em exercer essa função preparatória:

“Durante a Rio 92 e no ano subsequente, os grandes veículos mantinham setoristas nas dependências do Ibama. Passada a moda, o assunto perdeu espaço. Os cadernos especiais transformaram-se em seções, e em seguida subseções. Não há, pelo menos no grau que se espera, por parte dos responsáveis pela formação dos jornalistas, uma preocupação com as questões científicas, incluindo as ambientais.” (Lima, 2000)

Para ela, urge a qualificação do jornalista na área científica, onde inclui a ambiental. Este seria o passaporte para um melhor relacionamento com as fontes, evitando os tão comuns erros de interpretação e omissões. Além disso, permitiria

ao jornalista maior independência e possibilidade de diálogo com a fonte. Esta medida é, para Lima, a garantia de um jornalismo a serviço da população.

2) Se a percepção de ambiente é mais coesa, então as direções das grandes corporações midiáticas estão carecendo de valores éticos.

São fatores que revelam uma percepção de mundo individualista, competitiva, e especialmente, imediatista. Concorde conosco Ilza Girardi, professora de jornalismo da UFRS:

“As notícias dos acontecimentos podem chegar em tempo real nos pontos mais longínquos. Se isto traz benefícios também acarreta muitos problemas porque a rapidez exigida no processo de produção da notícia pode gerar muitos ruídos, sem falar nos interesses econômicos que direcionam o fazer jornalístico. É uma época de globalização da economia onde a busca por novos mercados e diminuição de custos justifica tudo. E aqui encontramos cientistas e professores universitários, associados a executivos da indústria, defendendo tecnologias ou produtos que são nocivos para a saúde e para o meio ambiente.” (Girardi, 2003)

Girardi considera que o jornalista tenha que, além de estar muito bem informado, estudar constantemente, dominar a linguagem científica, ser humilde para esclarecer suas dúvidas com a fonte e ter responsabilidade para decodificar e democratizar a informação, antes restrita ao meio científico. Lembra que estas tarefas foram bem desempenhadas pelos pioneiros do jornalismo ambiental no início dos anos 70, o que para ela denota ética e compromisso com a cidadania. Ressalta a importância de ter conhecimento histórico a fim de evitar ser iludido ao investigar as questões ambientais e de ter mais critérios para analisá-las.

Uma pesquisa interessante seria buscar entender as relações no interior dos grandes veículos de comunicação, identificando como elas interferem na seleção e publicação das notícias. No âmbito *desta* pesquisa, no entanto, optamos por compreender melhor como profissionais assumidos do jornalismo ambiental concebem meio ambiente e de que forma esta concepção direciona sua ação. Complementarmente, investigamos também suas representações de *informação* e *educação*, já que estas são bastante relevantes para o exercício de sua profissão.

Apesar do que dissemos e da forma limitada como se incorporou a temática ambiental na mídia, algum avanço houve, uma vez que o assunto surge com certa frequência.

Intriga-nos o que teria originado essa incorporação do tema. Uma série de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais é certo. Mas além disso, certa percepção ambiental. A julgar pelas respostas de nossos entrevistados, foi o

sentido de urgência. Para eles, discutir o ambiente é discutir a própria vida, sua qualidade e nossa inserção nela. Sua persistência no assunto acabou gerando oportunidades de tratá-lo. Muito possivelmente eles se viram enredados no tema por ser este um campo de problematização moral, que de alguma forma afetou suas experiências, mobilizando-os.

Queremos insistir na colocação da questão ambiental como um dos *campos de problematização moral*, da forma como o conceitua Puig (1998). Isto é, são eles, a um só tempo,

“espaços sociais para reflexão e ação moral nos quais se produz certa quantidade de saber normativo ou de guias de valor que norteiam o comportamento de cada um dos sujeitos e de todos conjuntamente. Portanto, nos campos de problematização cristalizam-se as temáticas a propósito das quais uma sociedade levanta problemas, transmite a seus membros reflexões morais referentes a tais dificuldades e, finalmente, sugere valores e caminhos que apontam para a superação dos dilemas colocados.”(Puig, 1998: p.171)

Alguns exemplos, dados por Puig, de campos de problematização da atualidade: a sexualidade, o relacionamento com pessoas de outras gerações, o *uso da natureza*, o trato que se dispensa aos seres humanos de acordo com seu gênero, problemas derivados da capacidade de manipular a vida (clonagem, aborto, eutanásia...). O autor salienta que as experiências morais, apresentadas anteriormente, e os campos de problematização moral são dois pólos complementares, que se retroalimentam. Reflete ainda que, sendo os campos um amálgama de experiências e espaços de reflexão moral, provavelmente assinalam temáticas que ajudam a construir a personalidade moral dos seres humanos em dado momento concreto da história de uma coletividade. Esses campos determinam as questões sobre as quais cada pessoa, e a sociedade em geral, se sente interpelada e responsável. O que nos faz indagar que tipo de personalidade moral está sendo forjada com a questão ambiental. Procuraremos observar isso ao analisar as entrevistas de nossos atores: professores e jornalistas.

Diz Puig ainda:

“A partir dos campos de problematização moral formamos nosso modo de vida e decidimos o tipo de vida que queremos levar; em outras palavras, o que está em jogo ali é a construção da personalidade moral de cada sujeito e a *construção das formas de convivência da coletividade*.” (Puig, 1998: p.172, destaques meus)

E é nesse sentido que contextualizamos a questão ambiental e vemos nela um espaço privilegiado para a educação e para a paulatina reorganização de nossa sociedade global nesse momento da história. Por fim, uma última advertência do

próprio Puig se faz necessária. Nosso pesquisador lembra que há temas freqüentemente esgotados, como a sexualidade (diz ele) e a natureza (diríamos nós), mas que têm um papel recorrente nos processos de moralização. Seu conteúdo concreto, porém, sofre enormes variações por ser circunstancial e histórico. Exemplo disso pode ser tirado da própria história do Brasil. O historiador José Augusto Pádua, pesquisando indícios de preocupação ambiental brasileira, descobriu um fértil pensamento ambientalista em fins do século XVIII e ao longo do século XIX (Pádua, 2002).

A questão ambiental era um forte campo de problematização moral, embora apenas explorado por uma minoria educada. No entanto, a percepção do problema era distinta do que hoje vemos. A preocupação ambiental da época estava vinculada à visão de progresso e desenvolvimento da nação e, nesse sentido, a escravidão era considerada um atraso, já que se atribuía a ela uma relação predatória com a natureza na produção. De modo que extinguir a escravatura se tornou, então, uma questão ambiental. Os primeiros críticos ambientais brasileiros elogiaram o meio natural por sua riqueza e potencial econômico,

“sendo sua destruição interpretada como um signo de atraso, ignorância e falta de cuidado. O verdadeiro progresso supunha a conservação e uso correto do mundo natural que, por sua vez, só fazia sentido no contexto desse progresso. A natureza era vista como objeto político, um recurso essencial para o avanço social e econômico do país.” (Pádua, 2002: p.28)

Na Inglaterra, Alemanha e EUA a percepção de natureza no mesmo período estava muito mais voltada para a valorização da natureza em si, uma forma de fugir aos males da civilização, de aproximar o ser humano de si mesmo. No Brasil setecentista e oitocentista, esta abordagem não se manifestou. Historicamente, esta visão da natureza como valor em si superara outra, aquela de que tudo que proviesse desta fonte havia de ser vencido, pois a civilização seria seu contraponto. Para isso, os elementos da natureza foram identificados com sujidão, inferioridade. O que dela viesse significava, neste momento de oposição marcada com a cultura, o que de mais “animal⁷ e indigno” havia. Isso se aplicava também aos seres humanos que viviam em condições “naturais”, isto é, sem terem assimilado ou criado regras como as das sociedades Modernas. Conforme Diegues (1996), na Europa do século XVIII apenas o mundo domesticado e os campos de cultivo tinham valor, sendo intensamente desaprovado o comportamento dos

⁷ Note-se que animal era um adjetivo pejorativo naqueles tempos.

orientais de reverência à natureza. Bornheim (1997) lembra que as comunidades tribais mantinham outra concepção, já que compunham com a paisagem um só elemento. Nenhuma separação entre seus corpos e a natureza. Nada de propriedades, bancos, dinheiro. Nem Estado ou polícia. Não havia Ciência ou cálculo no intuito de dominá-la. Foi a pesquisa dos naturalistas somada ao evidente contraste de qualidade de vida entre campo e cidade fabril, aliado à produção dos escritores românticos, que reverteu a valorização estrita da vida em “civilização”. Além disso, o estranhamento por parte dos civilizados quanto ao estilo de vida dos “selvagens” contribuiu para o surgimento de uma nova concepção de natureza, a do lugar aprazível, de desfrute. Esse sentimento de volúpia atravessa o Romantismo. (Bornheim, 1997). A associação de todos estes fatores levou a uma idealização da natureza, que passou a ser entendida qual espaço de reencontro consigo e refazimento das energias. (Diegues, 1996).

Enquanto nos países europeus e EUA o principal protesto contra a destruição vinha do movimento cultural do Romantismo – fortemente identificado com a valorização da natureza e seu lugar na construção da nacionalidade –; no Brasil, a crítica ambiental era originária do cientificismo progressista. Assim, o valor da natureza era político – e não estético, como para os românticos. José Bonifácio, um dos expoentes de maior expressão da crítica ambiental brasileira, “enfetizava a reforma ambiental como instrumento de superação do passado colonial. Seu legado teórico mais importante, nesse sentido, foi o de estabelecer a existência de um nexu causal entre a produção escravista e a destruição do ambiente natural.” (Pádua, 2002: p16)

O livro de Pádua indica o viés desenvolvimentista das preocupações ambientais de então, grande influência da ciência natural de Buffon, Lineu e Humboldt e uma agenda de discussão focada nos temas agrários e florestais, em detrimento de problemas oriundos da vida urbana e industrial, quase não citados. Na época, o modelo de desenvolvimento ideal passava por um rural modernizado, de herança fisiocrata.

Com este resumo, pensamos ter exemplificado a importância do *contexto* na formação de valores e na percepção, refletindo-se nos campos de problematização moral de cada época e lugar. No caso de nossa pesquisa, estamos focando estes aspectos em relação à temática ambiental contemporânea.